

### Resistir é preciso!

# Pezão e VICTER mantêm caos na rede estadual



O quadro atual da rede estadual do ponto de visto pedagógico e estrutural é o de um verdadeiro caos. Além de não investir na valorização dos profissionais Pezão e Wagner VICTER mantém uma política de terra arrasada, onde o processo da “reestruturação” nas escolas vem se aprofundando cada vez mais.

A direção do Sepe vem denunciando esse processo de desmantelamento da rede desde o governo de Sérgio Cabral. Para o governo Estado, a Educação não é investimento, é custo. E a política implementada sob este ponto de vista tem sido de enxugamento de gastos, como se a rede fosse uma empresa.

Nesse momento, temos visto um conjunto de medidas que materializam essa política: a retomada da municipalização de escolas, o fechamento de turmas, turnos e até mesmo unidades escolares. Além disso, várias escolas foram impedidas de abrir turmas de sexto ano e, completando o quadro, temos a implementação da “otimização” de turmas.

### Pressão e desrespeito aos profissionais

Outra medida grave foi o desrespeito aos docentes I e II. As Coordenadorias Regionais e Metropolitanas, em meados de

2017, passaram a pressionar professores docentes II - que tiveram sua função praticamente extinta devido à municipalização - para que se habilitassem. Para isso, ameaçam os docentes de corte no pagamento! Desconsideram que a maioria desses docentes estava em função extraclasse há mais de vinte anos, exercendo atividades que são fundamentais para os educandos, como agentes de sala de leitura e professores articuladores.

Tais docentes são jogados em sala de aula, gerando outro problema que é o professor docente I se tornar excedente, tendo sua vaga ocupada por esses profissionais docentes II. A SEEDUC tenta dividir e jogar um segmento contra o outro. Qual o objetivo dessas medidas?

Para o Sepe, as consequências dessa política são nefastas:

a) A rede passa a ter um quantitativo enorme de professores excedentes. O governo, assim, impede a chamada de concursados aprovados e superexplora os demais docentes.

b) Turmas superlotadas. A chamada otimização de turmas é na verdade a junção e consequente formação de turmas superlotadas. A proposta da SEEDUC é de, no mínimo, 45 alunos, o que causará enorme prejuízo pedagógico aos estudantes.

c) Docentes voltam a trabalhar em várias escolas e em mais de um município. Aumenta-se o custo do deslocamento, sem correspondente aumento do auxílio transporte. Também se terá menos tempo para a preparação das aulas, acarretando mais prejuízo pedagógico para os estudantes.

d) Estudantes sem vaga garantida para estudar. A SEEDUC impede a matrícula de estudantes no sexto ano, sem a garantia que esses tenham vaga nas redes municipais.

### DIRETORES ELEITOS DIVULGARAM CARTA CONTRA FECHAMENTO DE TURMAS, TURNOS E ESCOLAS

A greve dos profissionais de educação e as ocupações estudantis de 2016 tiveram como mais uma vitória a eleição de diretores. Temos, hoje, diversos colegas eleitos, que estão questionando esse processo de fechamento de turmas, turnos e escolas através de uma carta aberta enviada à SEEDUC - um fato histórico na rede - e que divulgamos em nossas redes sociais e no site do sindicato.

Na assembleia geral de 03 de fevereiro iremos debater essas questões e os ataques do governo Pezão contra a educação estadual. Nossa mobilização já garantiu a devolução dos descontos de greve e a posse das direções eleitas. No dia 22/2, teremos uma audiência com a SEEDUC e vamos cobrar o fim desses ataques e a antecipação do fim do recesso para o dia 31 de janeiro.

### VEJA COMO O SEPE VEM ENFRENTANDO ESSES ATAQUES:

a) Denúncia e audiências públicas na Comissão de Educação na ALERJ, no Ministério Público e defensoria pública.

b) Acompanhamento da categoria nas Metropolitanas e ações jurídicas para cobrar soluções para a lotação e fechamento de turmas e realização de vários atos públicos para denunciar o problema.

Veja aqui as próximas ações do sindicato:

a) Volta ao Ministério Público para denunciar mais esse ataque e cobrar respostas; b) Reunião com o Departamento Jurídico para garantir os direitos dos docentes I e II; c) Pressão na ALERJ, junto à Comissão de Educação.

**ASSEMBLEIA GERAL  
DA REDE ESTADUAL  
03 de fevereiro, às 11h  
TRANSFERIDA PARA CLUB MUNICIPAL**

# Resoluções atacam o direito de origem dos profissionais

As resoluções nº 5531 e a nº 5532 atacam, de forma grave, os direitos da categoria e as escolas. Com elas, o governo atinge diretamente o direito de origem (lotação) do servidor e também coloca em risco a existência de turmas, turnos e até escolas. A 5549, publicada mais recentemente, estabelece critérios para a municipalização do ensino fundamental, antigo projeto que vem sendo levado a termo por sucessivos governos e que, com Pezão, ameaça ser completado.

As resoluções 5531 e 5532 visam substituir a Circular Interna nº 33 da SEEDUC e aprofundar os ataques, apesar das profundas críticas apresentadas pela direção do Sepe, profissionais e deputados na audiência pública na Comissão de Educação da Alerj de 28/06/2017.

Com isso, mais uma vez o governo agiu de forma antidemocrática, publicando, sem nenhuma discussão, atos que mexem com o servidor da Educação e com os alunos. O secretário ignorou até mesmo as recomendações e críticas da Comissão de Educação da Alerj, Ministério Público e Defensoria Pública à CI 33, que deu

origem a essas duas resoluções.

Por isso, é fundamental a mobilização da categoria para assegurar seus direitos e garantir a educação pública como direito básico da sociedade.

## VEJA A AVALIAÇÃO DAS RESOLUÇÕES

### Resolução 5531

Estabelece critérios meritocráticos para localização no quadro de horários, o que ameaça o direito de antiguidade na lotação das escolas. O texto diz que o profissional de educação deve lançar notas no Conexão Educação, não pode ter faltas não abonadas (o que, na prática, visa cassar o direito de greve).

### Resolução 5532

Representa a extinção, na prática, de inúmeras escolas espalhadas por todo o estado. Ela estabelece o fechamento de escolas próximas entre si num raio de 3 km, acabando com a oferta de inúmeras vagas na rede estadual, além de obrigar profissionais de educação a assumir es-

colas muito distantes daquelas para as quais fizeram concurso.

Muitos alunos ficarão impedidos de estudar em escolas próximas a suas moradias.

O fechamento destas unidades, turnos e turmas também vai provocar a superlotação das turmas e afetará diretamente a qualidade do ensino. Mais professores sobrarão e terão que retornar à Metropolitanas para realocação em até cinco escolas, descumprindo o compromisso assumido na greve de 2016 com o Sepe.

### Resolução 5549 (de 23/8/2017)

Com esta medida, Pezão e Victer querem completar o processo de municipalização do ensino fundamental, iniciado ainda nos anos 1990, com a entrega das unidades para as prefeituras. Dessa maneira, o governo estadual se desobriga da administração das escolas do ensino básico, ficando apenas com as de ensino médio. Além das unidades, esta nova resolução também trata da cessão para os municípios de profissionais da rede estadual.

## APOSENTADOS CONTINUAM SOFREDO COM ATAQUES

Os professores e funcionários administrativos aposentados das escolas estaduais trabalharam mais de 30 anos em prol da comunidade escolar - muitos deles mais de 40 anos -, atuando na educação formal de milhões de crianças, adolescentes e adultos, contribuindo na formação de cidadãos críticos.

O governo do estado fez pouco caso disto e, já no final de 2015, sob a desculpa de falta de dinheiro e crise econômica, implementou uma cruel política que afetou o funcionalismo em geral, mas atingiu em cheio os aposentados, que passaram a conviver com os atrasos, os parcelamentos e, até mesmo, o calote nos seus pagamentos. Não bastasse o calote, Pezão e Dorneles iniciaram o processo de destruição dos direitos dos servidores, atrasando e parcelando o pagamento, além de estabelecer um calendário diferente daquele dos profissionais em atividade.

O problema atinge também diversos municípios, como Duque de Caxias, Belford Roxo, Teresópolis e São João de Meriti, que deixaram de honrar em dia seus compromissos, alguns atrasando também salários de ativos. Em casos extremos, em alguns deles os aposentados ficaram meses sem receber seus vencimentos.

## Reforma da Previdência

# Servidores se mobilizam contra PEC 287

Os profissionais de educação do estado e demais trabalhadores em geral têm que se manter alertas e mobilizados para a possibilidade de votação e aprovação do projeto de Reforma da Previdência no Congresso. Levada a toque de caixa pelo governo Temer e apoiada pelos políticos da sua base parlamentar, os idealizadores da reforma tentam a todo custo convencer a população da “necessidade” de uma reforma no sistema. Para tanto, mais de R\$ 200 milhões já foram gastos em propaganda e benesses para a mídia burguesa apoiar o projeto que prejudicará milhões de trabalhadores.

Os servidores públicos também estão no foco da reforma. Aumento do tempo de serviço e da idade mínima e limitação do teto previdenciário foram incluídos no projeto que elegeu o servidor público como alvo prioritário a ser atingido pelas mudanças. No âmbito do estado, os servidores já sofrem com mudanças no sistema: no ano passado, o governador Pezão conseguiu aprovar na Alerj uma parte do seu pacote de maldades, aumentando a alíquota de contribuição de 11% para

14%.

Os servidores estaduais já estão se articulando para a luta contra o avanço da reforma no Congresso. Representantes das entidades representativas do funcionalismo estadual já estão se encontrando para elaborar estratégias de luta contra a reforma.

Caso o Congresso aprove a PEC (proposta de emenda constitucional) 287, o governador pode avançar ainda mais nos ataques aos nossos direitos de aposentadoria, já que haverá uma mudança na Constituição e os governadores e prefeitos terão que se alinhar à legislação e adotar as normas para os servidores.

Por este motivo, é importante intensificar a luta. Com a votação marcada para fevereiro (data indicativa) é necessário a mobilização e todos na luta contra a Reforma da Previdência. Somente massivos atos de rua, com participação de toda a população, paralisações e uma greve geral podem derrubar a votação desta reforma, que só mantém as regalias de uma elite e rouba os direitos dos verdadeiros trabalhadores a se aposentarem.